

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO. eografia

INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

VOL. 12 Nº 1 - JAN./DEZ. 1992



POLÍTICA E TÉCNICA NESTE FINAL DE SÉCULO

*Ruy Moreira **

RESUMO

Como num eterno retorno nietzschiano o final do século XX retoma o final do século XIX. O capitalismo vive um momento vigoroso e ao mesmo tempo de crise profunda e os trabalhadores voltam a apontar suas lutas na direção de um socialismo com sabor de utopia. O parafuso da história gira pedindo o retrospecto que fundamente a repensagem dos caminhos.

UNITERMOS: Capitalismo/Socialismo/Utopia

Qual uma caixinha de surpresas o século XX termina de modo inesperado. O socialismo se desmacha como castelo de areia quando se supunha sólido. E o capitalismo, justamente quando a hidra saída das cinzas herda um mundo solitário, proclama a necessidade de reformar-se por inteiro. O poderio econômico e militar da URSS desaparece como a primeira bruma da manhã e os EUA se afirmam como a potência única, mas embaixo de uma insegurança crescente diante do pequenino Japão e da Europa unificada. A direita exulta. A esquerda expia sua orfandade. Que mundo é este do final de século XX?

* Professor do Depto. de Geografia da UFF.

I. A REINVENÇÃO DO CAPITALISMO

No momento em que finalmente a sua tão proclamada eternidade parece confirmar-se, o capitalismo encerra-se numa prolongada conjuntura de crise e reforma. Não é a primeira vez que em sua já longa história conhece uma conjuntura como esta, mas o momento atual é daqueles em que as transformações terão de ser necessariamente profundas porque se trata de uma conjuntura de crise-reforma que se alastra por todo o corpo do sistema: do Estado (dita crise fiscal) à cultura técnico-científica de trabalho (dita crise ambiental).

1. O Estado Capitalista

O Estado capitalista atual é o Estado-do-Bem-Estar-Social (*Welfare State*), forma que adquire quando nos finais do século XIX e começo do século XX o Estado Liberal entra em crise. É assim o fruto de uma reforma realizada para reestruturar o modo como se relacionavam política e economia, provocada por três importantes transformações em curso: (1) a passagem do capitalismo da fase competitiva para a dos monopólios; (2) o nascimento da ação classista organizada dos trabalhadores; e (3) a consequente crise da regulação mercantil.

É esta forma historicamente determinada de Estado que por sua vez hoje entra em crise para ceder lugar a uma forma nova. O neoliberalismo com sua voracidade privatizante é a ideologia dessa nova reforma.

AS ORIGENS DO *WELFARE STATE*

A ação operária exerce papel importante nessa redefinição do Estado liberal. Emergindo nos ambientes pontuais dos locais de trabalho, o movimento dos trabalhadores cresce com o movimento das contestações que se acumulam no campo democrático contra os limites do direito político que são próprios do Estado liberal. Mas o movimento operário se soma a este movimento geral organizado por intelectuais, classe média e burgueses menores pelo sufrágio universal e ao mesmo tempo dele se distingue nitidamente por conceber que a simples conquista do direito de igual cidadania não bastará para garantir aos trabalhadores o que reivindicam: a

MOREIRA, Ruy. Política e técnica neste final de século. Boletim Goiano de Geografia, 12(1): 29-44, Jan./Dez. 1992.

mais ampla cidadania social. Isto o leva a orientar suas lutas para além das reivindicações puramente políticas, para conduzi-las também no campo das condições gerais de vida. Para tanto, a ação operária precisou criar seus próprios organismos.

A história dessa criação começa com as entidades mutualistas, surgidas para organizar a luta dos trabalhadores no plano das questões mais prementes do cotidiano, como saúde, alimentação, escolaridade, seguridade. Através dessas entidades, os trabalhadores reúnem fundos financeiros com recursos recolhidos entre eles mesmos, para ajudarem-se em momentos urgentes como desemprego, doença, morte. Embora tenha nível simples, esta solidariedade mutualista leva-os a formar uma concepção de mundo alicerçada na consciência comum de desassistidos e de que eles mesmos têm que tomar em suas mãos as rédeas do seu destino, resolvendo seus problemas sociais cotidianos. Isto não deixa de afrontar a ordem social burguesa, por se constituir numa ordem paralela. Mas para os trabalhadores, cedo o mutualismo se mostra uma forma incipiente de organização, levando-os à criação do sindicato. Já existente embrionariamente na forma das Ligas Operárias em simultâneo às entidades mutualistas, os sindicatos ganham agora corpo mais definido, logo se mostrando um organismo de maior poder de intervenção porquanto ao tempo que reforçam o alcance da ajuda mútua, dilatam os horizontes da ação operária aliando a estas questões do cotidiano as lutas mais amplas por melhores salários e condições de trabalho. Mas logo este mesmo aperfeiçoamento leva o movimento ao alcance de um estágio mais avançado, quando os trabalhadores criam os partidos operários. Com estes partidos os trabalhadores elevam suas lutas ao plano mais geral do próprio Estado burguês, no qual vão reivindicar diretamente, por meio de seus representantes no Parlamento, leis de defesa de direitos do trabalho, de observância obrigatória do Estado e do patronato. A classe trabalhadora impõe assim mudanças nas relações com o capital que terão efeito direto nas formas gerais da organização da ordem existente, a começar pelo Estado burguês.

No campo do capital também ocorre em paralelo ao do trabalho uma sucessão de mudanças. Por força da própria competição capitalista, as diversas empresas pequenas e médias que compunham a estrutura capitalista concorrencial estão falindo ou simplesmente se fundindo para originarem uma nova estrutura composta de um número pequeno mas poderoso de grandes

empresas. Requerendo meios infraestruturais e de mercado de maior escala, os novos interesses monopolistas começam a conflitar com o universo acanhado da infraestrutura e de mercado que servira ao empresariado de até então, levando-os a se voltarem para o Estado. Interessa-lhes uma nova base territorial de transportes, produção, circulação de produtos e consumo, que só vem com investimentos em grande escala. Olhando ao redor, localizam num Estado ampliado a fonte geradora dessa nova base. Passam assim a requerer uma nova forma para o Estado, que tome para si essa tarefa do arranjo dos grandes espaços, que organize as demandas de infraestrutura e de livre movimento do capital, desde a base local até a mundial.

Tanto do lado dos trabalhadores como do lado do capital partem os sinais que evidenciam a necessidade da transformação do Estado. Mas a nova forma que este deve assumir é entendida de modo diverso, antagonicamente até.

Ao atingir seu nível da organização partidária o movimento operário adquiriu um poder inusitado de ação, mas paradoxalmente divide-se neste momento em duas grandes correntes. Uma que vê na sucessão de reformas legalmente aprovadas pelo Parlamento o modo de realizar-se a construção de uma forma justa de sociedade. Outra que vê na desmontagem do Estado burguês e sua substituição pelo poder dos organismos dos trabalhadores, o caminho concreto de efetuar-se esta construção. O socialismo é a ideologia reclamada por ambas, mas estas duas correntes se posicionarão opostamente diante do problema do Estado burguês: a primeira corrente deságua como os monopólios na reforma que converte o Estado liberal no *Welfare State* e a segunda na Revolução Russa de 1917. Assim, no século XX surgem duas distintas formas de Estado: a do *Welfare State* e a soviética.

O *Welfare State* é, portanto, a resultante de duas forças sociais que colidem mas acabam por se encontrar num ponto comum. Incomoda aos monopólios tanto os estreitos limites institucionais do capitalismo concorrencial quanto o crescente poder orgânico e ideológico de ação do movimento operário. Se a cultura de classe gerada pelo mutualismo e ainda mais reforçada pelos organismos sindicais representara para o capital uma forma de questionamento da ordem burguesa, o surgimento do partido operário e agora da revolução operária traz a gravidade da ameaça do seu fim na história. Por isso, incomoda-o sobretudo o rumo que o desdobramento da crise do capitalismo segue na Rússia com sua tendência a difundir-se pelo continente.

MOREIRA, Ruy. Política e técnica neste final de século. Boletim Goiano de Geografia, 12(1): 29-44, Jan./Dez. 1992.

Assim, os monopólios transformam o incômodo problema das demandas sociais dos trabalhadores num argumento a favor da substituição do Estado liberal pelo Estado que intervenha e tome como tarefa sua a questão social.

Desse modo, a regulação estatal aparece para substituir a regulação mercantil. É que instrumentada nas regras espontâneas do livre jogo das trocas, a regulação mercantil se mostra impotente para responder por si mesma tanto às demandas sociais dos trabalhadores quanto às demandas de infraestrutura das novas empresas capitalistas. O novo Estado irá assim conjugar a velha tarefa de criar, nos planos judicial e policial-militar, as condições gerais que reproduzem o capital, e a nova tarefa de criar noutros planos as condições que gerem o capital. As demandas sociais dos trabalhadores são então direcionadas para a geração do capital variável, via uma espécie de salário indireto na forma de escola pública, medicina pública, seguridade social, etc, e as demandas infraestruturais de grande escala do capital monopolista para a geração do capital constante, via implantação de redes de transportes, sistemas de energia, etc. Mas estes monopólios vão ter que conviver com o fato de que o capital já não faz história como até então fizera. Por isso a nova forma do Estado vai refletir em sua estrutura e tarefas tanto o novo poder do capital quanto a nova fase em que o movimento da classe trabalhadora entra no século XX com sua capacidade organizada de ação.

Esta nova forma do Estado capitalista não surge de imediato. Ela vai sair dos turbulentos anos de guerra, recessão e repressão como uma espécie de síntese das experiências do planejamento soviético, do *new deal* americano e dos governos autoritários europeus. A partir da década de 30.

CRISE DO WELFARE E NEOLIBERALISMO

A infraestrutura requerida pelo capitalismo dos monopólios só pode existir na escala da sua mundialidade. A fase do *Welfare State* é assim a da paulatina mundialização do processo produtivo capitalista que encerra a velha fase de relação puramente colonialista.

Mundializar o capitalismo com suas próprias relações de produção nos quadros da economia imperante nas décadas iniciais do século XX pressupõe, antes de mais nada, implantar em cada canto atrasado as condições mínimas requeridas para tanto. Num mundo dividido em países industrializados e não industrializados como o de então, isto significa o maciço investi-

mento que abrevie nos países não industrializados os longos anos que os países industrializados consumiram com a acumulação primitiva, incluindo-se as experiências científicas e técnicas que desembocarão na Revolução Industrial. A finalidade é obter a baixa do custo do capital e a alta da produtividade do trabalho que resultem na taxa de mais valia mais compatível com a alta taxa de acumulação sem a qual a mundialização não compensa. A fórmula parece simples: para a formação do capital variável, o desdobramento maciço e controlado da força de trabalho alocada na monoprodução para seu amontoamento nas cidades como exército de reserva e a transformação de suas demandas sociais de educação, saúde e seguridade social, transportes urbanos, habitação e lazer, numa política de despesas com a reprodução a baixo custo da força de trabalho que valham como uma espécie de salário indireto para que o patronato, tal como o capital aprendera nas suas lutas contra o trabalho no capitalismo adiantado, possa pagar baixos salários reais sem prejuízo do mercado de força de trabalho; já para a formação constante, tanto o fixo quanto o circulante, o investimento maciço em vias de transporte, sistema de telecomunicações, usinas de energia, refinarias de petróleo, indústrias siderúrgicas, que integre todos os cantos do território nacional no roteiro da industrialização, incluindo-se a modernização da agricultura que libere excedentes de força de trabalho e produtos em volume crescente para o desenvolvimento da indústria. Tudo isso com recursos tomados ao público por meio de um sistema indireto de tributação (o sistema de repassamento do imposto ao preço das mercadorias cujo fim de linha são os próprios trabalhadores), seguindo a política que irá tornar-se clássica nesses países de "socializar os custos para os fins de acumulação privada". Tal é o que vemos acontecendo em todo o mundo ao longo do período dos anos 30 aos anos 80.

Nestes 50 anos se inicia e se conclui a expansão capitalista que muda a face planetária.

Hoje, não por acaso, o capital clama pelo retorno ao privado e à regulação mercantil. Exige do Estado a privatização das empresas que foram instalando neste e naquele setor, país a país, para cumprir sua tarefa de construir o capitalismo em escala mundial, e que se retire da esfera econômica deixando-a como área de ação exclusiva da empresa privada .

Uma metáfora talvez nos ajude a aclarar a lógica do neoliberalismo. Imaginemos um escultor com um cinzel na mão e diante de um bloco informe de pedra sabão. Aos poucos o escultor vai dando à pedra contornos definidos

de um corpo: aqui aparecem os dedos das mãos, acolá os traços de um rosto e mais adiante as pernas e os pés, até que por fim aparece o corpo inteiro. O escultor é o Estado, o cinzel são os recursos retirados do público e investidos em infraestrutura e serviços sociais, e o corpo é a sociedade capitalista industrial. Enquanto o capitalismo engatinhava a caminho da sua industrialização o empresariado protestava contra o que acusava de intromissão do Estado no livre funcionamento da economia de mercado. São críticas que, entretanto, desfazem-se diante das taxas gerais de lucro que, tal como reza a cartilha do keynesianismo, é justamente a intervenção planejada do Estado quem propicia a todos os capitalistas. Mas por volta dos anos 70 conclui-se para a maioria dos países esta fase histórica do capitalismo. É assim que, a partir de então, já construído no seu todo e faltando apenas alguns arremates essenciais para terminar, como a reforma agrária e a menor desigualdade da repartição da riqueza social que estabilizem o mercado e as tensões sociais internamente, a grande empresa privada capitalista sente que já pode andar com suas próprias pernas e então declara cumprido e cessado o papel do *Welfare State*, proclama em cada país recém-industrializado a sua maioria perante o Estado, e pede o fim dos seus dias exigindo que este transfira para si o patrimônio acumulado e construído com recurso público.

É assim que surge o neoliberalismo, para fundamentar, com a dureza das transparências que só não vê quem não quer, esta rapinante surrupiação privativista de um patrimônio construído com o suor dos trabalhadores. Condenando o que chama de gigantismo estéril do Estado-do-Bem-Estar-Social e acusando-o de descapitalizar e asfixiar a empresa privada, o neoliberalismo apresenta-se como o portador das medidas reparadoras do "equivoco histórico" e restauradoras da livre economia de mercado. A primeira que apresenta é a redução fiscal, tomada como a medida recapitalizadora e desasfixiante que devolva às empresas a iniciativa e liberdade de criação bloqueadas pela regulação estatal. Mas esta medida só cumpre sua função renascentista mediante uma segunda, que consiste em devolver pela privatização o sistema econômico ao domínio da empresa privada. Por fim, a essencial desregulamentação que retorne a sociedade amplamente ao sistema da regulação mercantil.

Pode-se ver que o neoliberalismo vem para operar a desconstrução do capitalismo do *Welfare State*. Seu discurso consiste num repertório de contrapontos, um a um, a cada elemento da fórmula keynesiana da ordem

estatista. Ponhamos ao avesso tudo que um keynesiano aponte como elemento edificador do capitalismo e teremos um neoliberal. Se para o keynesiano é o investimento estatal o antídoto contra a paralisia do sistema capitalista, para o neoliberal a intervenção estatal é exatamente a sua anestesia; se para o keynesiano o investimento estatal é a fonte geradora do pleno emprego, da distribuição da renda e do impulso ao consumo, para o neoliberal é ele pura fonte do burocratismo e da espiral inflacionária que só o investimento privado desfaz e reverte. E se para o keynesiano é a regulação estatal que garante a paz social e a consequente fluidez do sistema, para o neoliberal elas são intrínsecas exatamente à regulação mercantil. Redução fiscal, privatização, despatrimonialização, desregulamentação, tal é o perfil do Estado neoliberal.

2. Cultura técnico-científica do trabalho capitalista

Em todo o decurso dessa evolução em que *Welfare State* e mundialização do capitalismo se identificam e confundem, uma consequência visível é a homogeneização técnica que uniformiza a heterogênea superfície planetária num padrão único de cultura técnico-científica que é historicamente anterior ao próprio *Welfare State*.

Trata-se do paradigma de interrelação ciência-técnica gerado no correr do século XVI (Renascimento) ao XVIII (Iluminismo) que tem a Física Mecânica por referência e que no século XVIII-XIX se materializa no sistema de maquinaria da Revolução Industrial, e desde então evolui aperfeiçoando-se cada vez que aqui e ali uma nova descoberta científica de imediato se cristaliza em novos e avançados artefatos mecânicos.

Construindo o mundo à imagem e semelhança dessa sua cultura técnica o capitalismo o erige na forma de uma gigantesca engrenagem. Portanto, como um sistema que unifica harmonicamente na regularidade matemática das leis de Newton desde os corpos do nível macro dos céus aos do nível micro da fábrica (desenvolvemos este tema em "O Conceito de Natureza na Geografia Física").

Mundo cujos movimentos históricos o capital pode controlar, reger e sujeitar aos fins de sua hegemonia de classe. Mundo que o capital criou ainda sob a forma mercantil ao reduzir progressivamente o trabalho às suas relações mais simples: primeiro, limitando-o aos movimentos mais simples e repetitivos; em seguida, vinculando-o a um universo de ferramentas dili-

MOREIRA, Ruy. Política e técnica neste final de século. Boletim Goiano de Geografia, 12(1): 29-44, Jan./Dez. 1992.

gentemente decompostas às suas formas mais simples; depois, obrigando-o a ocupar-se de tarefas mais e mais especializadas; mais adiante, subordinando-o ao complexo sistema de maquinaria formado pela interligação dessas ferramentas simples; e, por fim, enquadrando-o na férrea norma da administração contábil do custo-benefício. Portanto, o mundo da Revolução Industrial que fez do conjunto dos homens e ferramentas um sistema absoluto e disciplinado de engrenagem mecânica; e da natureza e da sociedade duas faces de uma mesma ordem, a ordem econômica reduzida a forças que transitam entre uma e outra margem, ora com o nome de natureza e ora de sociedade.

Sobre essa base paradigmática, o capital então nasce, cresce e se sedimenta, expandindo o capitalismo até sua atual escala planetária.

Mas no momento mesmo em que planetariza o mundo como uma razão técnica, o capital vê esgotar-se a capacidade auto-germinativa dessa máquina-mundo. É que, ao equacionar-se economicamente como um campo físico, o capital funda sua paradigmática numa exigência: a do horizonte infindo dos recursos em homens e objetos-físicos (matérias-primas). Basta assim que uma de suas "forças" produtivas falte ou emperre, para que seu movimento entre em crise. É o que acontece toda vez que a classe operária, rejeitando ver-se reduzida a mera condição de força física de trabalho, emerge no cenário do sistema com suas reivindicações de sujeito. Como a lógica do sistema é o capital responder consumindo mais forças sob a potencialização técnica que reduza seu custo ao mínimo e eleve sua produtividade ao máximo, de modo a que o lucro suba e a acumulação se concretize acima das eventuais perdas para a classe trabalhadora, o sistema se retroalimenta como um ciclo expansivo de infindável consumo de recursos e assim de novos espaços. Um paradigma que, contraditoriamente, supera-se projetando seu limite intrínseco sobre o horizonte ilimitado do Planeta.

Tem sido esta a história espacial do capitalismo desde quando nasceu.

Assim, enquanto o espaço capitalista limitou-se às restritas áreas da Europa, EUA e Japão, houve o restante do mundo para alimentar essa lógica. Quando finalmente mundializou-se até os limites do horizonte planetário, o capitalismo descobriu-se prisioneiro da sua própria base técnico-científica e viu que era hora de reinventar-se também culturalmente.

II. O SOCIALISMO À DERIVA

No momento em que o capitalismo entrou em crise paradoxalmente por força da sua própria mundialização, numa aparente coincidência também entra em crise o socialismo na Rússia e no Leste Europeu. E tal qual no capitalismo, a crise do socialismo soviético-europeu afeta igualmente tanto o Estado quanto a relação técnica do trabalho.

O fato é que também na URSS o Estado assume a partir dos anos 30 as mesmas funções que no mundo do capitalismo o alçam acima da sociedade civil. E esta ascendência é negada na URSS e no mundo capitalista no mesmo momento.

Estas coincidências temporais não são meras coincidências. A questão é o motivo porque na URSS e Leste Europeu o resultado foi o desmoramento integral do sistema.

Sabemos que a Revolução de 1917 é a expressão do socialismo enquanto herança radical das próprias lutas democrático-radicais do período do Estado liberal. Foi uma revolução democrático-burguesa porém realizada pelos organismos representativos da massa popular da cidade e do campo (soviets e comitês de fábricas e agrários). No primeiro momento consistiu no movimento que quebrou os privilégios das classes dominantes oligárquicas e também burguesas instaurando nas cidades e nos campos uma forma de gestão popular sobre uma economia, todavia, não de todo socialisticamente revolucionada. Sucedeu que a tarefa de extrair do atraso um dos países mais feudalizados da Europa de então, exigiu dessa gestão uma capacidade de centralização administrativa que abriu as portas para a emergência em paralelo da gestão burocrática. Por isso, o período de 1917 a 1929 foi dominado pelos confrontos entre os partidários do controle operário e os do controle burocrático centralizado cujo resultado foi o escoamento progressivo do poder das mãos dos organismos populares para as de uma burocracia cada vez mais poderosa. Assim, vemos erigir-se e consolidar-se entre 1929 e 1956 o modelo do "socialismo num só país", estruturado no tripé industrialização acelerada, coletivismo agrário e administração planificada, semelhantemente ao modelo que sob a égide do *Welfare State* os países capitalistas atrasados como a Rússia estão neste mesmo momento construindo (analisamos este processo em *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Soviético*).

Quando o processo de mundialização do capitalismo se conclui, retraindo o ritmo do movimento acumulativo do capital, e assim o pondo em

crise, igualmente conclui-se com igual estreitamento de horizonte a construção do socialismo soviético-europeu.

A similaridade dos respectivos modelos fala por si mesmo. O socialismo dessas sociedades está muito mais para o modelo industrial do capitalismo atrasado que para o socialismo tal como o entendiam os revolucionários reunidos na Internacional dos Trabalhadores de que a Revolução de 1917 é herdeira em linha direta. A forma posta em prática é a inversão da teorizada: enquanto a teoria encerra o conteúdo socialista no poder gestonário dos organismos populares, definindo a construção socialista antes de tudo superestruturalmente, o molde praticado pôs este conteúdo na construção econômica, definindo o socialismo infraestruturalmente, portanto. A consequência dessa absoluta inversão conceitual que sobrepõe a leitura econômica à leitura política foi a substituição da fórmula de superação processual da regulação, marcada pela regra socialista de *a cada um segundo suas necessidades, de cada um segundo sua possibilidade*, e a correlata dissolução da gestão popular pela do Estado tutor legitimado no argumento de que a planificação estatal era a forma socialista de repartição da riqueza social superadora da forma mercantil. E, no entanto, a sociedade soviética manteve-se por todo o tempo regida pela mesma lei do valor que rege as economias de mercado do mundo do capitalismo. O cálculo do salário-lucro, para exemplificar, possuiu os mesmos fundamentos e a regulação do mercado, só não apareceu visualmente porque ficou oculta na camuflagem da propriedade estatal e da contabilidade unificada do Plano. Não faltou mesmo a acumulação primitiva, que Preobrazhensky, o grande teórico do modelo, designou por acumulação socialista primitiva.

E também aqui interveio a estreiteza da cultura técnica meramente físico-mecânica de trabalho da economia política capitalista. Por isso, a catástrofe de Chernobil pode ser gota d'água na sucessão dos pequenos acontecimentos que fez precipitar a emergência do sistema de mercado até então ainda mantido à sombra na sociedade soviética pela retórica da reforma gorbacheviana.

III. O FUTURO A QUEM PERTENCE?

Quando na segunda metade deste século XX o processo produtivo industrial capitalista completou sua mundialização, levando o mundo todo a

organizar-se sob essa forma, viu-se exposto com todas suas fraturas o limite do conteúdo físico-mecânico da velha cultura técnico-científica. O máximo que no âmbito dessa cultura se podia fazer daí para diante era classificar os recursos em abundantes e não-abundantes e esgotáveis e não-esgotáveis, de modo a poder-se aperfeiçoar sua administração contábil. Mas a mundialização do processo produtivo avançado mundializara também os conflitos sob seu controle, ao acelerar o consumo dos recursos rebaixadores dos custos/subidores da produtividade, que cedo se revelaram em maioria justamente os esgotáveis e não-esgotáveis, como os metais básicos e os combustíveis fósseis. Como o crescimento populacional do mundo subdesenvolvido garante a abundância da força-de-trabalho ainda por longo tempo mas a natureza armazena cada vez menos recursos rebaixadores dos custos/subidores da produtividade do trabalho, a margem maleável de administrar tanto sua relação com o trabalho quanto sua competição interna por mercados, por demais se estreita e se torna perigosa para o capital.

Era mais que hora de uma grande reforma do mundo. A do Estado e em simultâneo a da cultura técnico-científica.

A mundialização dessa cultura técnico-científica foi obra do Estado-do-Bem-Estar-Social sob a forma dos maciços investimentos infraestruturais que este fizera ao longo dos anos 30 aos 70 em todo o Terceiro Mundo, sob esse amálgama definindo-se a forma de organização da relação Estado-Economia que vigorou neste século XX. Então, os neoliberais atacam a um só tempo a superestrutura política e a infraestrutura técnico-científica vigentes, isto é, o *Welfare State* e o paradigma técnico-científico clássico. Atacando e acusando o Estado de negligência com a inovação tecnológica, querem com isso expressar seu desejo de que ao se auto-reformar o Estado em simultâneo também reorienta a sua base material. Com essa exigência de reestruturação geral, o neoliberalismo proclama a falência das formas do Estado e do padrão técnico-científico que serviram à mundialização da acumulação industrial, declarando iniciada assim a reinvenção global do capitalismo.

Estamos, pois, no fim de uma fase, começando a entrar numa fase nova e ainda indistinguível da história do capitalismo. Em outras palavras, numa nova fase histórica de reformas do capitalismo, mas com a importante peculiaridade em relação às reformas do passado; a reforma do Estado e do velho padrão de relação técnica do trabalho são simultâneas, se entrelaçam, se reforçam e se confundem.

Se quanto ao Estado trata-se de fazê-lo retornar às funções essenciais de antes da reforma que no final do século XIX o convertera no *Welfare State*, no tocante à relação técnica do trabalho pede-se muito mais. Neste caso, não se trata de reatualizar, mas de superar o paradigma que ensejou a organização do processo produtivo capitalista desde a Revolução Industrial do século XVIII-XIX até os dias de hoje. Trata-se de criar uma cultura técnico-científica que seja nova o suficiente para revigorar o sistema do capitalismo e restabelecer-lhe a maleabilidade de administrar suas contradições de classes diminuída pelo esgotamento do velho paradigma, dado o fato de que a persistência no consumo das forças produtivas sob o padrão técnico-científico-histórico tem levado o capitalismo à devastação generalizada dessas próprias forças, deixando o capital continuamente debilitado frente às necessidades de ter sob seu controle os conflitos permanentes que vive com o trabalho e entre si nas disputas de mercado. E o fruto dessa consequência é a transparência generalizada do que antes só percebiam os seus críticos: essa cultura técnico-científica histórica do capitalismo tem a característica de impor à natureza um molde uniformemente padronizado e não ser auto-regenerativo. Em outras palavras, de consumir destruindo a natureza, sem ter capacidade congênita de restabelecer as feridas que nela abre. Contrariando, portanto, o que o próprio desenvolvimento científico impulsionado pela expansão do capitalismo desde a Revolução Industrial mais e mais tem revelado: que a natureza é heterogeneamente padronizada e auto-regenerativa.

Por conseguinte, trata-se de substituir o paradigma dos tempos do capitalismo emergente, destrutivamente não-auto-regenerativo porque moldado na concepção físico-mecânica de natureza, por um outro paradigma compativelmente auto-regenerativo porque inspirado na concepção químico-biológica criada pelo capitalismo de hoje.

Como não se cria uma nova cultura técnico-científica da noite para o dia, o tempo virou uma variável estratégica. É preciso tempo para fazê-lo surgir, mas não se dispõe de muito tempo num sistema que se arrasta numa crise que de tão prolongada já tornou-se sincrônica em escala mundial. Tempo para que as pesquisas químicas e biológicas se expandam e já se convertam em novos artefatos tecnológicos em rápida irradiação num novo sistema produtivo. E tempo para que o capital fixo hoje materializado nos artefatos mecânicos do velho paradigma se liquefaça e de imediato se rematerialize nos artefatos (máquinas de novo tipo?) do novo.

Mas tempo, numa conjuntura de mundialidade, significa acerto de estratégias entre os Estados. Daí a ECO-92. Este evento visou ser assim o acerto protocolar entre os Estados, que coordene o encontro da reforma neoliberal já em curso desses Estados com a reforma que se deve o quanto antes iniciar da relação técnica do trabalho. É que tendo que realizar-se num sincronismo de escala mundial, a passagem do velho para o novo paradigma pressupõe acordos entre as grandes corporações privadas com a mediação dos Estados. A ECO-92 é o fórum ideado para essa finalidade.

Este fórum realiza-se nesta década porque é quando o novo já existe na forma da micro-eletrônica, da química fina, da biotecnologia e dos novos materiais, mas ainda precisa de mais rápida reversão paradigmática que a dispa da roupagem do velho.

Por isso a biodiversidade e sua irmã-siamesa, a biotecnologia, foram os *buracos negros* da ECO-92. A biotecnologia se enraíza no conhecimento do código genético cuja riqueza é tão mais ampla quanto maior a diversidade dos seres vivos. Assim, é nas florestas tropicais, não por acaso o outro *buraco negro*, como a Amazônia, onde maior é a biodiversidade e assim o percentual do patrimônio é ainda muito precário em razão da longa hegemonia do velho paradigma, o que pede o acúmulo de pesquisa que o converta em tecnologia em escala de produção industrial.

A noção da biodiversidade da natureza é o novo conceito que vem para substituir o velho conceito monolítico de uma ordem natural única. E a biotecnologia é a versão técnica que transfigura a natureza num paradigma técnico-científico não mais de caráter físico-mecânico.

O conceito de natureza biodiversa leva a alterar todo o conjunto dos conceitos herdados do paradigma físico, refazendo a noção de estrutura e movimentos e ainda de recursos naturais. O conceito de recursos sem fronteiras definitivamente demarcadas, a não ser as da própria marcha para adiante da biorevolução.

Esta reconceituação da natureza com seu reflexo sobre um novo conceito de recursos pede assim uma nova geografia, e por isso vivemos neste final de século uma situação científica semelhante à dos séculos XVIII-XIX, em que aventureiros, naturalistas e geógrafos saíam pelo mundo conquistando, pesquisando e cartografando os recursos requeridos pela Revolução Industrial de então. Uma nova e longa redescoberta do planeta é hoje requerida para a pesquisa e mapeamento desse novo recurso natural chamado código genético,

com a diferença de que os aventureiros, naturalistas e geógrafos de hoje usam guarda-pó branco e operam com supercomputadores. E para que isto ocorra o espaço mundial não mais pode continuar organizado nas velhas e rígidas fronteiras nacionais criadas pelo velho capitalismo. O capital pede o fim da velha e a criação de uma nova *geopolítica*, a do *patrimônio universal*, na qual aos Estados caberá com seus investimentos, pura e simplesmente garantir a preservação das florestas em todo o mundo, principalmente florestas tropicais, para que a nova cartografia se concretize. As florestas devem então ser declaradas patrimônio universal. E patrimônio é algo mais sofisticado que uma simples internacionalização, porquanto significa tomar a pesquisa como um direito de todos, sem que estes todos se obriguem, entretanto, a também considerar patrimônio universal a patente industrial da tecnologia criada com base nesta pesquisa, numa reinvenção neoliberal do clássico lema do *Welfare State* de o Estado *socializar os investimentos para os fins do lucro privado*.

Mais que uma similitude, as reformas deste final de século parecem, pois, vir para realizar as superações estruturais que as reformas do final do século XIX teriam vindo para apenas viabilizar. Naquele tempo, o capitalismo precisou da reforma que gerou o *Welfare State* e apenas fez reparos no padrão técnico-científico abalado pela revolução quântica na Física e molecular da Biologia e da Química. É que o velho paradigma dispunha ainda dos imensos territórios ainda não industrializados do mundo para continuar a expandir-se e dar conta das necessidades dos velhos processos de produção. Hoje, o capitalismo pede para o Estado uma nova reforma e para o velho paradigma físico-mecânico posto em frangalhos pelo superavanço da Física Quântica e da Biologia Molecular que finalmente vá para o baú da história.

Para isso, precisou de um evento em tudo parecido com a Conferência de Berlim de 1885!

O capitalismo dá pois mais uma volta na curva da história, deixando porém para trás um saldo irresolvido de tudo aquilo que dissera pretender solucionar quando se viu pressionado por reformas no final do século XIX. Um saldo que com certeza incorpora mais tensões que as de um século atrás, nos devolvendo numa escala de reprodução ampliada à atmosfera dos embates entre capital e trabalho daquele final de século, não faltando mesmo o renascimento do velho culto ao jusnaturalismo na transparência da volta ao discurso liberal ou oculto sob as vestes da ideologia ecológica.

Por isso, nada parece mais com o final do século XIX que a atmosfera que impregnou o mundo do socialismo depois do destino trágico que a história reservou à Revolução de 1917. A ruptura com o projeto socialista ocorrida logo nos primeiros momentos da Revolução e por tanto tempo ocultada no espesso véu da propaganda stalinista vem hoje à tona como a poeira que acompanha todo grande desmoronamento. A similitude do modelo soviético com o dos países do *Welfare State* aos poucos ganha transparência em meio ao torpor dos escombros. E assim toma um outro sentido a insistência de Lênin junto aos militantes de seu partido quanto à necessidade de compreender-se a sociedade que se construía na URSS como um Capitalismo de Estado e não já socialista, e cujo desdobramento poderia ser tanto a afirmação do lado socialista quanto o lado democrático-burguês da Revolução de 1917. Retornando então à superfície a compreensão das razões genealógicas da ideologia socialista nas lutas democrático-radicais do final do século XIX que reaviva a consciência do socialismo como uma atitude de crítica radical ao capitalismo e não como a exegese de um modelo paradigmático.

A crise concomitante do capitalismo e do socialismo tem portanto o mágico efeito de trazer de volta consigo a transparência das ideologias. E então a possibilidade de recuperar-se a originalidade abandonada.

A história como que dá uma volta para trás no seu eterno movimento de espiral para ganhar novo impulso para diante. Que novas surpresas guarda em sua caixinha?

RÉSUMÉ

La fin du XXe. siècle reprend, comme un éternel retour nietzscheien, la fin du XIXe. Le capitalisme vit un moment au même temps vigoureux et de crise profonde. Dans ce contexte les travailleurs reprennent leurs luttes dans la direction d'un socialisme ayant la saveur d'utopie. La roue de l'histoire tourne en demandant la retrospective sur laquelle se fonde une nouvelle façon de repenser les chemins.